CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROCESSOS CEE N°S 887/75, 0998/75,
1238/75, 1296/75, 1297/75, 1317/75,
1318/75, 1327/75, 1352/75, 1688/75,
1639/75, 1096/75, 2268/75, 2305/75.

INTERESSADOS: Benedito Edson Dias de Carvalho, Humberto Aquiles de Almeida Hilário, Benedito Alexandre Vanzella Mini, Francisco Assis de Oliveira, Pedro Moreira da Silva, Renato Nunes da Silva, Jorge Donizette Nunes da Silva, Moacir Donizette de Menezes, Valdir Lopes Ferreira, Domingos Silvio de Oliveira, Sérgio dos Santos Ramalho, João Batista Ribeiro, Carlos Roberto da Silva, e Edmilson Cardoso de Souza,

ASSUNTO: Pedido de equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagens de Escola SENAI.

RELATORA: Consa: Maria de Lourdes Mariotto Kaidar

PARECER CEE N° 2090/75. CPG, Aprovado em 30/07/75.

Com. ao Pleno em 13 de agosto de 75.

I- RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

Benedito Edson Dias de Carvalho, Humberto Aquiles de Almeida Hilário, Benedito Alexandre Vanzella Miné, Francisco Assis de Oliveira, Pedro Moreira da Silva, Renato Hunes da Silva, Jorge Donizotte Nunes da Silva, Moacir Donizette de Menezes, Valdir Lopes Ferreira, Domingos Silvio de Oliveira, Sérgio dos Santos Ramalho, João Batista Ribeiro, Carlos Roberto da Silva e Edmilson Cardoso de Souza, tendo concluído o Curso de Aprendizagem industrial na Escola SENAI "Félix Guisard", em Taubaté, solicita pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecido da equivalência desses estudos, visando a prosseguir-los -no ensino regular de 1° grau.

É o seguinte o histórico escolar dos requerentes:

1.2.1- curso primário, 4 (quatro) séries no mínimo;

1.2.2- curso de aprendizagem industrial, 3 (três) "graus";

1.2.3- estudaram: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências (Físicas e Biológicas), Desenho, Ciências Sociais (Historia do Brasil e Geografia do Brasil), Educação Moral e Cívica, Educação Física e Prática de Oficina;

1.2.4 - receberam o Certificado de Aprendizagem correspondente a conclusão dos cursos que estudaram.

1.3- A documentação escolar está em ordem e atende ao exigências da Resolução CEE n° 19/65.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.-2 A Lei Federal nº 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando in aluírem, disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a procedimento de estudos na serie ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2000 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-ne 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotar do ano para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

Os requerentes realizaram curso de aprendizagem com a duração de 3 "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de 3 "termos", ou ainda de 3 "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo Único do artigo 12, Deliberação CEE nº 14/73, isto é, 720 horas (2880: 4 séries = 720 horas/aula, por série).

O elenco de matérias do currículo do curso que os interessados realizaram e equivalente ao previsto pela Resolução CEE nº 8/71.

Ha vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II- CONCLUSÃO

A vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por Benedito Edson Dias de Carvalho (Proc. CEE nº 887/75), Humberto Aquiles de Almeida Hilário (Proc. CEE nº 998/75), Benedito Alexandre Vanzella Mine (Proc. CEE nº 1258/75), Francisco Assis de Oliveira (Proc. CEE nº 1296/75), Pedro Moreira da Silva (Proc. CEE nº 1297/ 75), Renato Nunes da Silva (Proc. CEE nº 1317/75), Jorge Donizette Nunes da Silva (Proc. CEE nº 1318/75), Moacir Donizette de Menezes (Proc. CEE nº 1327/75), Valdir Lopes Ferreira (Proc. CEE nº 1352/75), Domingos Sávio de Oliveira (Proc. CEE nº 1688/75), Sérgio dos Santos Ramalho (Proc. CEE nº 1689/75), João Batista Ribeiro (Proc. CEE nº 1696/75), Carlos Roberto da Silva (Proc. CEE nº 2268/75) e Edmilson Cardoso de Souza (Proc. CEE nº 2305/ 75), no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "Félix Guisard", em Taubate, como equivalentes aos cumpridos na 7ª série, podendo-se, portanto, autorizar-lhes a matrícula na 8ª série do ensino do 1º grau.

A escola que acolher a matrícula dos interessados deverá submetê-los a processo de adaptação em Geografia Geral e História Geral, caso tais disciplinas não constem do currículo da 8ª série e nas disciplinas em que tal processo seja considerado necessário.

São Paulo, 30 de Julho de 1975.

a) Cons^a Maria de Lourdes Mariotto Haidar.

Relatora.

III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto da Relatora.

Presentes os Nobres Conselheiros: Eluisario Rodrigues de Sousa, Eloysio Rodrigues da Silva, Henrique Gamba, José Conceição Paixão, Maria da I maculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Rachel Geverts.

Sala da Câmara de Ensino do Primeiro Grau, em 30 de julho do 1975.

a) Cons. Eloysio Rodrigues da Silva.

Vice-Presidente no exercício da Presidência.